

## APRESENTAÇÃO

Nesta edição de número 14 (agosto/ 2012), além da seção *Memória*, são publicados 15 artigos e 2 resenhas. Os artigos retratam temas clássicos e contemporâneos sobre o espaço rural, com destaque para o texto sobre geógrafo alemão Leo Waibel. Questões importantes na Geografia Agrária e áreas afins são discutidas em artigos que abordam sobre a Reforma Agrária e a Educação do Campo, Desenvolvimento Territorial, Agroenergia, Agroecologia, Assentamentos Rurais, Comunidades Rurais e Quilombolas, Relações Rural-Urbano, Política Agrícola, Colonização, Populações Tradicionais entre outros.

O lançamento desta edição da *Campo-Território*, após o período regular de divulgação da revista, permitiu fazermos homenagem a Carlos Eduardo Mazzetto Silva (o Mazzan). A sua repentina morte, em 22 de junho deste ano de 2012, aos 56 anos, deixa uma lacuna para a Geografia brasileira e de Minas Gerais. Ao longo de sua formação, Mazzan buscou compreender os Cerrados brasileiros, em especial, os *Gerais*. Colaborou de forma fundamental na visibilização da riqueza do bioma e de seus povos, com quem mantinha uma relação de partilha das lutas e dos sonhos. Com formação em Agronomia, doutor e Pós-Doutor em Geografia, *geraizeiro*, educador, também ajudou a fundar o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), entidade agroecológica de apoio aos movimentos camponeses da região. Suas últimas atividades foram voltadas para a academia como professor adjunto da UFMG, na Faculdade de Educação FAE/ UFMG, lecionando nas áreas de Ensino de Geografia (cursos de Pedagogia e Licenciatura em Geografia) e em temáticas agrárias, territoriais e socioambientais nos cursos de Licenciatura em Educação Indígena e Licenciatura em Educação do Campo. Teve papel importante nas pesquisas sobre os movimentos de luta pela terra e reforma agrária na região metropolitana de Belo Horizonte. Publicou, dentre alguns trabalhos, “Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato” (In: *Geografias*, Belo Horizonte, volume 3, nº 1, janeiro-junho de 2007) e “*O Cerrado em Disputa: apropriação global e resistências locais*” (Editado pelo CONFEA-Brasília – Série Pensar o Brasil – Construir o Futuro da Nação, 264p., 2009).

Homenageamos Mazzan com o texto inédito extraído de sua tese de doutorado “*Os Cerrados e a Sustentabilidade: territorialidades em tensão*”, defendida em março de 2006 no Programa de Pós-Graduação em Ordenamento Territorial e Ambiental da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves. Abrimos a seção Memória/Artigo Clássico com o depoimento de Carlos Walter Porto-Gonçalves com o “Tributo a Mazzan”, que foi seu orientador de pesquisas e com quem manteve ligação, através do com o Laboratório de Estudos sobre Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO), na luta em defesa dos cerrados e de seus povos.

O primeiro artigo “O USO DA TERRA NA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL - A contribuição de Leo Waibel”, Virginia Elizabeta Etges resgata o trabalho clássico e a trajetória do geógrafo alemão no Brasil. A autora destaca que o tema uso da terra adquire relevância nos trabalhos de Waibel na medida em que ele concluiu que o sucesso (ou insucesso) dos projetos de colonização no Brasil estavam diretamente relacionados ao tipo de uso da terra praticado pelos colonos, aspecto este que foi a principal característica das diferentes paisagens culturais identificadas pelo autor nas áreas de colonização europeia no sul do País.

## Apresentação

---

“REFORMA AGRÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO GOVERNO LULA. Bernardo Mançano Fernandes aponta que a Reforma agrária e educação do campo são duas das políticas públicas realizadas no governo Lula que criaram polêmicas entre o governo, movimentos camponeses e estudiosos. Para o autor, o governo Lula priorizou a regularização fundiária em detrimento da desapropriação e parte dos estudiosos não consideram estas terras como reforma agrária. Outro aspecto discutido no trabalho é a política de Educação do Campo e à polêmica relacionada à criação de cursos de pedagogia, agronomia, geografia, história, jornalismo e direito, em universidades públicas de diversas regiões do país, para beneficiários dos projetos de reforma agrária. Estas experiências têm sido debatidas e dividido a sociedade sobre os direitos dos camponeses e indígenas em terem cursos de graduação e de pós-graduação voltados para o desenvolvimento de seus territórios. O autor analisa detalhadamente os projetos, cursos e produção do conhecimento realizado pelo PRONERA. Enfim, estes dois temas trazem novas discussões para a melhor compreensão do desenvolvimento territorial no campo brasileiro.

“CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: uma abordagem teórico-conceitual”. O artigo de Éricka Sales e Vera Lúcia Salazar Pessoa objetiva compreender o capital social no processo de desenvolvimento territorial, em contraposição ao desenvolvimento setorial, a partir de abordagens teóricas. Para as autoras, o capital social reúne elementos típicos da economia e da sociologia e aposta, para o desenvolvimento, na capacitação social da população de uma determinada região (em termos políticos, civis e educacionais). Esse desenvolvimento não depende exclusivamente de fatores externos, mas, ao contrário, tem suas bases dentro do próprio território e em suas potencialidades, que vão além dos atributos físicos, valorizando também o potencial social local, a capacidade de sua população para conduzir o desenvolvimento regional. Concluem que é preciso superar a visão de um desenvolvimento setorial e buscar o desenvolvimento territorial, que articula as várias capacidades locais para o crescimento do todo.

“CANA DE AÇÚCAR, FINANCIAMENTO PÚBLICO E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO CERRADO”. Sérgio Sauer e José Paulo Pietrafesa discutem que a demanda crescente por fontes alternativas de energia incentivou o crescimento da produção das chamadas agroenergias, especialmente o etanol com a ampliação das lavouras de cana-de-açúcar no Centro Oeste e em direção ao Cerrado, com especial destaque para o Estado de Goiás. Para os autores, a expansão ocorreu principalmente devido à sua disponibilidade de terras, infraestrutura adequada, além do financiamento público e restrições a outras regiões pelo zoneamento da cana. A partir do mapeamento da expansão das lavouras para o Cerrado, o estudo procura avaliar a relação entre cana e a produção de alimentos em Goiás, tomando dados dos levantamentos do IBGE, do INPE e da CONAB. Concluem que apesar de avanços na dimensão econômica e até alguns avanços nas áreas ambiental e social, no entanto, também ocorreram significativas mudanças no uso do solo, na apropriação de estruturas pré-existentes (expansão agregada), as quais provocaram impactos nas áreas de cultivos alimentares, principalmente na produção de milho, arroz, feijão e leite em Goiás.

“OS CONCEITOS DE MACRO & MICROTERRITORIALIDADES: Uma análise dos processos relacionais no Assentamento 8 de Abril - Jardim Alegre/PR”. Cleiton Costa Denez elabora uma reflexão em torno dos desdobramentos do conceito de território, no caso as macro e microterritorialidades. As Macroterritorialidades se mostram por meio de atores como o Estado, o Mercado e o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

## Apresentação

---

(MST) que, por meio de um processo relacional, atuam no interior do Assentamento 8 de Abril que constituiu uma microterritorialidade que produz por meio da confluência e contradição de esforços das estruturas macro. Os assentados se envolvem neste processo relacional através da educação, da política e da produção econômica. Para o autor, o assentamento caracteriza-se como uma microterritorialidade que recebe a influência desses atores, e se organiza e constrói sua própria lógica e sua territorialidade neste processo.

“ELEMENTOS DA CONFIGURAÇÃO DA AGROECOLOGIA NOS MUNICÍPIOS DE ITAPEJARA D’OESTE, SALTO DO LONTRA E VERÊ – SUDOESTE DO PARANÁ”. Luciano Zanetti Pessôa Candiotto, Marcos Aurélio Saquet, Elaine Fabiane Gaiovicz, Poliane de Souza e Valentina Bianco apresentam os resultados de um projeto de pesquisa e extensão envolvendo 46 famílias de agricultores familiares/camponeses que produzem alimentos orgânicos nos municípios de Itapejara d’Oeste, Salto do Lontra e Verê. Inicialmente, os autores discutem as diferenças entre as produções convencional e orgânica/agroecológica; em um segundo momento, enfatizam a produção orgânica no Sudoeste do Paraná e o motivo da escolha por estes três municípios; e, na sequência, analisam dados secundários sobre a produção agropecuária, assim como informações primárias coletadas durante trabalhos de campo realizados nos estabelecimentos rurais. Finalmente, realizam uma reflexão sobre os objetivos, avanços, problemas e perspectivas de desenvolvimento da agroecologia em cada município estudado.

“ANÁLISE DE TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS NO PROCESSO DE RECRIAÇÃO CAMPONESA POR MEIO DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA”. Dinalva Donizete Ribeiro e Juliana Carneiro Guimarães analisam as trajetórias socioespaciais dos camponeses do assentamento Rio Claro, situado no município de Jataí (Goiás), evidenciando os diversos fatores que favorecem e/ou bloqueiam o processo de recriação destes. Para tanto, investigam as diferentes fases de suas vidas, tanto no período anterior à luta pela terra, quanto posterior, evidenciando o caminho percorrido e como se deu o processo que orientou a constituição do assentamento. Metodologicamente, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com coleta de dados por meio de questionário e entrevista semi-estruturada. Nas pesquisas, identificaram-se alguns problemas comuns às famílias assentadas, tais: senilidade dos chefes de famílias, dificuldade de comercialização, de deslocamento, problemas ambientais, êxodo dos adolescentes e jovens no Sudoeste de Goiás.

“ENSAIO SOBRE O TERRITÓRIO DO ASSENTAMENTO: uma perspectiva da produção agroecológica realizada por mulheres”. O artigo de Laiany Rose Souza Santos tem como objetivo realizar um ensaio sobre o conceito de território, abordando o mundo camponês a partir da análise do território do assentamento, na perspectiva da produção agroecológica realizada por mulheres. A autora parte da relação seres humanos entre si e com a natureza, permeando o debate sobre trabalho, para explicar as modificações nos modos de produção e como alteram também o tempo. Considera relevante o contexto histórico brasileiro e sergipano como propulsor de um debate que leve a novas práticas sociais, compreendendo a partir da teoria da não desintegração do campesinato a sua recriação por meio de um modo de produção que vise à autonomia e soberania alimentar. Conclui que nesse coletivo de mulheres também se faz cultura, nas práticas cotidianas que refletem tanto questionamento com a realidade, como alternativa, e também retomada do conhecimento popular, criando significados a suas ações e signos no território do assentamento que podem ser compreendidos tanto na perspectiva do lugar quanto, como foi analisado, do território.

“O MUNDO VIVIDO NA COMUNIDADE DOS BAGRES NO MUNICÍPIO DE VAZANTE (MG) ENTRE 1930 E 1980”. Pedro Machado de Oliveira e Rosselvelt José Santos analisam o modo de vida dos negros da comunidade dos Bagres, localizada no município de Vazante-MG. Tendo a terra como base de sua reprodução, os negros desenvolveram os seus meios de vida de acordo com as necessidades e possibilidades de seu tempo. A produção camponesa na comunidade dos Bagres dava-se de acordo com a utilização da mão de obra familiar e com a eventual solidariedade de vizinhos na forma de mutirão; mas também de modo que se observassem os ciclos da natureza, que marcavam épocas de fartura na produção e épocas em que passavam por privações. O estado atual de intenso parcelamento das propriedades na comunidade dos Bagres mostra que a herança, como instituição contraditória, ao garantir o direito à terra aos herdeiros, promove a sua fragmentação.

“VILAS RURAIS: Uma estratégia governamental para amenizar a luta pela terra”. Áurea Andrade Viana De Andrade e Elpídio Serra analisam o contexto em que o Estado implanta as Vilas Rurais no cenário rural paranaense. Neste estudo, são estudadas 28 Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão. Para os autores, as transformações agrárias recentes no campo paranaense, associadas à disseminação das culturas modernas da soja e do trigo, foram responsáveis pelo aumento do movimento migratório dos atores sociais, as quais foram amplamente condicionadas pela articulação do Estado e capital, a partir da década de 1970. O governo não estava preocupado em discutir políticas de reforma agrária e, sim, criar um modelo de assentamento”, com recursos do Banco Mundial (*Bird*) e tesouro do Estado. As Vilas Rurais surgem também como um novo ator no espaço rural e se tornou também alvo de muitas críticas e discussões acerca da sua classificação, se rural ou urbana. Em síntese, os agentes do capital e Estado estimularam o processo produtivo, provocando a acumulação e a reprodução ampliada do capital, conseqüentemente, resultando em profundas implicações territoriais, bem como o surgimento de novos territórios a exemplo das Vilas Rurais paranaenses.

“ESPAÇOS PRODUTIVOS DA MANDIOCA E SEUS USOS EM CÁCERES/MT”. Hermocinda Bassão da Silva, Sandra Mara Alves da Silva Neves, Santino Seabra Júnior, Maria Antonia Carniello, Ronaldo José Neves e Jakeline Santos Cochev analisam os espaços produtivos da mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) e seus usos, na área urbana de Cáceres/MT, visando contribuir nos trabalhos voltados para programas sociais e no planejamento participativo municipal. A pesquisa identificou propriedades que cultivam a mandioca, distribuídas em 14 bairros, nas quais predominam o preparo culinário da sopa, inferindo que essa preferência está associada a faixa etária mais elevada dos participantes que atinge idade superior a 51 anos. Por fim, os autores destacam que a agricultura urbana praticada em Cáceres/MT tem sido empregada para diminuir problemáticas de insegurança alimentar e degradação ambiental, uma vez que a produção destina-se ao consumo interno, agricultura de subsistência e tem sido praticada em pequenas áreas através da agroecologia.

“POPULAÇÃO RURAL NA REGIÃO DO ALTO JACUÍ/RS: Análise sob a perspectiva do desenvolvimento agrícola”. Claudia Maria Prudêncio de Mera e Carlos Guilherme Mielitz estudam a temática da diminuição da população rural. Objetivou-se neste estudo analisar os fatores identificados com o modelo de desenvolvimento agrícola da região do Alto Jacuí/RS, relacionados com a diminuição da população rural. O campo empírico do estudo foram os 14 municípios da região do Alto Jacuí, através do recorte espacial

## Apresentação

---

metodológico do COREDE Alto Jacuí. Para os autores, este modelo não tem conseguido desenvolver o meio rural, pois não depende fundamentalmente da população rural para sua consolidação. Concluem que a inviabilidade de pequenos produtores e consequente busca por melhores condições de vida no meio urbano, o investimento em aquisição de novas áreas devido à necessidade de economia de escala, a saída de jovens e de idosos aposentados para a cidade do seu município, reflete o atual modelo de desenvolvimento, tendo como fio condutor o elevado preço da terra.

“ANÁLISE MULTITEMPORAL DA EXPANSÃO AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE BARREIRAS - BAHIA (1988 - 2008)”. Pedro Maury Flores, Renato Fontes Guimarães, Osmar Abílio de Carvalho Júnior e Roberto Arnaldo Trancoso Gomes realizam uma análise multitemporal do uso do solo no município de Barreiras – BA, no período entre 1988 a 2008. Neste estudo, os autores consideram que o mapeamento do uso da terra é um requisito indispensável para alcançar um planejamento social e ambiental nas zonas rurais, bem como para monitorar a dinâmica da paisagem agrícola. Registram que neste intervalo de tempo a agricultura teve um crescimento enquanto que a vegetação natural teve uma diminuição proporcional à expansão das lavouras. Concluem que existe um nítido controle ambiental na distribuição espacial dos sistemas de produção agrícola onde nas áreas de Depressão existe um predomínio de pequenos proprietários concentrado próximo aos rios, em sua maioria pecuaristas, enquanto que em áreas de Chapada estão instalados os grandes agricultores associados ao agronegócio.

“INTERFACES DO RURAL E DO URBANO EM ÁREA DE COLONIZAÇÃO ANTIGA NA AMAZÔNIA: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (PA)”. No artigo de Rogerio Rego Miranda discute-se a relação rural-urbano em área de colonização antiga na Amazônia no trecho da antiga Estrada de Ferro de Bragança, entre os Municípios de Belém e Bragança, no Nordeste Paraense. São analisadas as mudanças que alteraram formas geográficas e suas respectivas funções nessa sub-região; mudanças essas que se expressam em diferentes padrões de organização espacial. Para a efetivação dessa análise foram selecionadas as agrovilas de Iracema e 3 de Outubro (Município de Castanhal) e São Jorge do Jabuti e Porto Seguro (Município de Igarapé-Açu), buscando-se, a partir delas, compreender as interfaces entre o mundo rural e o mundo urbano dessas agrovilas com as respectivas sedes municipais e outras cidades próximas.

“CENÁRIOS PARTICIPATIVOS DE MUDANÇAS NO USO DA TERRA NA AMAZÔNIA: o caso de Vila Brasil no Projeto de Assentamento Agroextrativista do Lago Grande-PA”. Ricardo Theophilo Folhes, Ana Paula Dutra Aguiar e Roberto Araújo Oliveira Santos Junior procuram descrever, a partir do contexto de uma comunidade deste assentamento, a adaptação para a realidade amazônica de um método participativo de elaboração de cenários de mudanças no uso da terra. Investigam o processo de criação de Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) a partir da regularização fundiária de apossamentos praticados por comunidades tradicionais. Em 2005, foi criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no município de Santarém-PA, o PAE Lago Grande, que corresponde a um dos maiores assentamentos de reforma agrária do Brasil. Santarém encontra-se numa região de expansão de atividades agropecuárias que durante a década passada apresentou altas taxas anuais de desmatamento e muitos conflitos pela posse e propriedade da terra. A criação do PAE Lago Grande foi uma tentativa de resolver conflitos e de redistribuir bens e serviços cuja oferta é ineficiente nesta região.

## Apresentação

---

Na seção Resenhas, temos as seguintes obras: “*OS AFECTOS MAL-DITOS: o indizível nas sociedades camponesas*”, de Paulo Rogers Ferreira, por Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva e “*A TERCEIRA MARGEM: em busca do ecodesenvolvimento*”, de Ignacy Sachs, por André Souza Martinello.

\*\*\*

O ano de 2012 encerra com grandes realizações e conquistas para a Geografia Agrária brasileira e em particular para a revista *Campo-Território*. Temos hoje a reconhecida qualidade da comunidade científica pela avaliação do Qualis-Periódicos CAPES da Área de Geografia que alcançou, em 2012, o nível *B-1*. Realizamos o *XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária* (ENGA), entre 10 a 15 de outubro na Universidade Federal de Uberlândia, com notável participação de estudantes e pesquisadores, com trabalhos de alto nível expostos em mesas redondas sobre temas atuais e relevantes sobre o espaço agrário brasileiro e mundial. No ENGA, reunimos o Conselho Editorial do periódico e elegemos o novo Editor da revista que será, a partir de janeiro de 2013, o Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Francisco Beltrão.

Nesta edição, portanto, despeço-me como editor responsável da *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, que honrosamente conduzi durante os anos de 2009 a 2012 (edições de ago/2009 a ago/2012) e que coube a tarefa de manter a qualidade e ampliar a visibilidade do periódico. Neste período, pude contar com o apoio dos colegas que compuseram o Conselho e Corpo Editorial, bem como os pareceristas *ad hoc*. Especialmente sou grato pela confiança dos autores que encaminharam seus manuscritos para avaliação e publicação.

Agradeço também o inestimável apoio editorial e de divulgação dos(as) profissionais geógrafos e técnicos da Universidade Federal de Uberlândia.

*A todos, meu mais sincero muito obrigado!*

João Cleps Junior.

Uberlândia-MG, dezembro de 2012.